

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas

Mestre e Doutor em Direito. Procurador da República.
Professor de Teoria Geral do Processo, Direito Processual Civil e
Direito Processual Constitucional.



**MANDADO DE
SEGURANÇA
COLETIVO**

LEGITIMAÇÃO ATIVA

2000

ÍNDICE

<i>Apresentação</i>	XI
<i>Introdução</i>	1
Capítulo 1 — Situação constitucional do mandado de segurança — sua evolução no rumo da proteção coletiva	3
1. Importância dos estudos constitucionais do processo	3
2. Evolução do mandado de segurança nas constituições brasileiras	8
2.1. <i>Writ e mandamus</i>	8
2.2. Peculiaridades do instituto através dos diversos Textos Magnos	9
2.3. As mudanças trazidas com a Constituição em vigor	15
2.4. O mandado de segurança coletivo como resultado do alargamento da legitimação do mandado de segurança tradicional	20
Capítulo 2 — A sociedade de massas e o atual momento processual — crise e transformação	25
1. A finalidade social do processo	25
2. A transformação social — superação do binômio privado/público na sociedade pluralista de grupos	29
3. Necessidade de evolução do processo civil para atender à sociedade de conflitos de massa	32
4. Tentativas de evolução — os novos instrumentos de proteção jurídica	37
	IX

Capítulo 3 — Interesses e direitos metaindividuais — apuração conceitual	41
Capítulo 4 — Legitimidade para agir	59
1. Legitimidade na teoria geral do Direito	59
2. Legitimidade no processo civil	59
2.1. Direito de ação e juízo de admissibilidade	60
2.1.1. Os pressupostos processuais	63
2.1.2. As condições da ação	64
2.2. Distinção entre legitimidade <i>ad causam</i> e <i>ad processum</i>	69
2.3. Parte e parte legítima	72
2.4. Legitimidade como conceito processual	73
2.5. A parte passiva e a questão da legitimidade	79
2.6. As espécies de legitimidade — tentativa de apreciação conjunta dos diversos fenômenos processuais sob os quais ela se manifesta	80
Capítulo 5 — Legitimidade para agir e mecanismos de tutela de massa — inserção do mandado de segurança coletivo no quadro geral, respeitadas suas particularidades de <i>writ</i>	87
1. Dificuldade do assunto e propostas para sua solução	87
2. O caso brasileiro	92
3. A importância do Código do Consumidor	97
4. O mandado de segurança coletivo como integrante do sistema positivo de tutela de massa — extensão de sua abrangência dos direitos individuais homogêneos até os difusos — a titularidade do Ministério Público	102
5. A questão da natureza jurídica da legitimação ativa nas ações coletivas — apresentação das propostas teóricas ..	108
5.1. Dilema teórico	112
5.2. Superação do dilema	117
Conclusões	121
<i>Bibliografia</i>	123